

Costureiras e trabalho em domicílio: um perfil para Araguaína-TO

Miguel Pacífico Filho¹
Raquel Alves de Freitas Lima²

Resumo

O trabalho tem como objetivo demonstrar o perfil de trabalhadoras costureiras no município de Araguaína-TO. Situado no norte do estado do Tocantins, Araguaína é uma cidade média que se apresenta como polo de atração regional e que concentra significativos problemas no que diz respeito ao mundo do trabalho. Para a reflexão teórica foi utilizado o conceito de trabalho em domicílio e como metodologia de pesquisa utilizamos a história de vida baseada na aplicação de questionários semi-estruturados a cinco costureiras. Selecionamos cinco categorias de análise: trajetórias de migração, idade, dinâmica de aprendizado da profissão, a percepção sobre o próprio trabalho e a percepção sobre a cidade. Concluímos que há trajetórias migratórias entre todas as entrevistadas, inclusive com origem em estados circunvizinhos ao Tocantins, aprendizado da profissão na infância e percepções contraditórias sobre o próprio trabalho e a cidade. Contradição que oscila entre a leitura de cidade de oportunidades e a ausência de apoio de políticas públicas ao suporte de sua profissão; entre o controle de seu trabalho à crítica de que a profissão é pouco valorizada socialmente.

Palavras-Chave: Trabalho. Costureira. Araguaína

Abstract

The objective of this study is to demonstrate the profile of female seamstresses in the city of Araguaína - TO. Located in the north of the state of Tocantins, Araguaína is a medium-sized city that presents itself as a pole of regional attraction and that concentrates significant problems with regard to the world of work. For the theoretical reflection, the concept of work at home was used and as a research methodology we used the life history based on the application of semi-structured questionnaires to five seamstresses. We select five categories of analysis: migration trajectories, age, learning dynamics of the profession, the perception about the work itself and the perception about the city. We conclude that there are migratory trajectories among all the interviewees, including those from the surrounding states of Tocantins, learning of the profession in childhood and contradictory perceptions about the work itself and the city. Contradiction that oscillates between the reading of city of opportunities and the absence of support of public policies to the support of its profession; between the control of his work and the criticism that the profession is little valued socially.

Keywords: Work. Seamstress. Araguaína

1 Introdução

O município de Araguaína é a principal referência urbana na microrregião que recebe seu nome em razão de sua importância econômica dentro do Estado do Tocantins. Apresenta-se como atrativa para as atividades do ramo industrial, transporte, educação e saúde. Mas a sua principal atividade econômica ainda é a agropecuária, que se constitui no principal elemento

¹ Doutor em História do Brasil (UNESP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT). miguilim@uft.edu.br

² Graduada em Gestão de Cooperativas (UFT). raquel3116@hotmail.com

socioeconômico da região devido a expansão da fronteira agrícola e a construção da BR-153, que corta seu perímetro urbano e liga a cidade de Belém a Brasília.

A economia rural reflete diretamente na formação do urbano à medida que direciona os processos econômicos e financeiros do estado do Tocantins. Araguaína é uma área em crescente expansão urbana, com uma economia pautada principalmente na pecuária extensiva e nos setores secundário e terciário. Devido ao crescimento acentuado entre as décadas de 1970 a 2000 (Guedes e Brito 2014, p.6).

Conforme a distribuição da população rural e urbana, Araguaína está em uma área de significativo desenvolvimento econômico, mas com características de hiperconcentração de investimentos em pouco setores da economia da cidade. A dinâmica agropecuária é mostrada pelo número da produção agrícola de grãos de arroz e soja que são os principais produtos de exportação e também a carne bovina (pecuária de corte). Segundo o IBGE o Tocantins cresceu na área urbana 3.8% e na rural caiu 0.9% por ano; e prosseguiu com baixa densidade populacional de 4.5 habitante (km). A cidade está situada ao norte do estado numa microrregião formada por 17 municípios incluindo Araguaína, que é a 2ª cidade mais desenvolvida economicamente do estado e em sua microrregião está concentrada a maior população do Tocantins.

No entanto, de acordo com o que nos dizem Sousa e Amaro (2009, p.8) deve-se relativizar tais investimentos, abrindo-se a possibilidade de interpretação das muitas e significativas desigualdades observáveis no espaço urbano da cidade:

Em níveis de infraestrutura urbana, os investimentos em bens e serviços coletivos exercidos pelo poder público ocorreram exatamente nas áreas da cidade onde habitam os segmentos de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por esses segmentos, para que, com isso, a área seja valorizada.

O dinamismo acima mencionado abriga toda uma dinâmica urbana capaz de ofertar condições para a existência de um mundo do trabalho extremamente multifacetado, que abriga trabalhadores inseridos nos mais diversos nichos de atuação. Entre esses trabalhadores seguramente podemos apontar as costureiras que trabalham em domicílio e que se constituem no objeto de estudo deste trabalho. Sendo assim, corroboramos o entendimento que Robert Castel constrói acerca daquilo que entende ser a centralidade do trabalho, ou seja:

o trabalho ainda é o principal fundamento da cidadania na medida em que este comporta uma dimensão econômica e social, e que é precisamente nesta dimensão que a “sociedade salarial” e a democracia se vinculam (CASTEL, 2015, p. 18).

Entende-se que estudar o trabalho das costureiras permite visualizar uma significativa faceta do mundo do trabalho, numa cidade polo-regional, que muitas vezes tem a sua leitura limitada ao agronegócio e ao desenvolvimento de viés economicista.

O principal objetivo deste estudo é demonstrar a trajetória de vida dessas trabalhadoras, situando seus locais de origem, bem como a existência de trajetórias de migração e formas de aprendizado da profissão. Como objetivos específicos busca-se verificar como ocorrem suas jornadas de trabalho, suas leituras acerca de sua profissão e da cidade de Araguaína.

Para alcançar tais objetivos buscou-se como fundamentação teórica as discussões em torno do trabalho em domicílio e como metodologia a história de vida através de entrevistas semi-estruturadas. Além desta Introdução, o trabalho está dividido em mais seis seções, apresentadas a seguir. A primeira delas diz respeito à legislação para regulamentação da profissão de costureira. Na segunda discute-se o trabalho em domicílio enquanto variável de fragilização das trabalhadoras em relação à seguridade social. Na terceira apresenta-se a metodologia de história de vida, que será utilizada para demonstrar determinados fatos ocorridos nas vidas das trabalhadoras que possam elucidar aspectos relacionados ao trabalho e às migrações. Na quarta seção apresenta-se uma breve discussão histórica da profissão de costureira. Na quinta, mais longa, demonstram-se os resultados das entrevistas semi-estruturadas, através das quais é possível observar os objetivos do trabalho. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que permitiram sistematizar as informações obtidas ao longo do processo de escrita do trabalho.

2 A legislação de regulamentação da profissão de costureira – PL nº 7.806-A de 2014

O ofício de costureiras é quase tão antigo quanto a humanidade. Essa atividade é realizada atualmente na sua maioria por mulheres, mas nem sempre foi assim. Até o século XVII as costureiras só podiam ajustar as peças feitas por alfaiates e camiseiros. Foi a Inglaterra em 1865 que reconheceu, pela primeira vez, a atividade das costureiras. Durante o processo da chamada revolução industrial a atividade passou a ser padronizada, a partir da produção de roupas em série. Assim, inicia-se o processo de valorização, padronização e vigilância sobre o ofício de costurar; cabe dizer que neste setor a fabricação em série atinge níveis quase inigualáveis por quaisquer outros campos econômicos atualmente.

Apesar de na grande maioria dos casos as costureiras dedicarem suas vidas ao ofício - mais a frente demonstraremos o caso de uma delas que trabalha há quarenta anos costurando - até os dias de hoje a profissão não está regulamentada no Brasil. Em razão disso, está sujeita à precarização das condições de trabalho. Pode ser demonstrada tal afirmação a partir do que é exposto no Projeto de Lei nº 7.806-A, em sua Justificativa, que afirma que ainda não há regulamentação:

A reestruturação produtiva adotada no Brasil nos anos 90 impôs sérias alterações nos trabalhos das costureiras. A produção se diversificou passando a ser feita em outros espaços além do da fábrica.

A partir disso, muitas empresas instauraram regimes de horário, além do diurno, objetivando driblar dinâmicas fiscais e alcançarem determinados tipos de benefícios tributários. Cabe dizer que, o baixo reconhecimento social da profissão é uma característica histórica inerente ao desempenho desse ofício, fato que nos foi relatado durante as entrevistas e que será exposto em outro tópico.

Com base nas características e contextos mencionados, foi proposto o projeto de Lei nº7.806 de 2014, com o objetivo de regulamentar o exercício das trabalhadoras e contribuir com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social); bem como para uma melhor distribuição dos benefícios sociais. Segundo a lei 7.806 (2014), no seu Art.3

São requisitos mínimos para o exercício da profissão: I – ser maior de dezoito anos de idade; II – comprovar conclusão em curso específico mantido por entidades oficiais, privadas ou classistas legalmente habilitadas e reconhecidas pelo MTE. Parágrafo único. É assegurado o registro do profissional que exerça, comprovadamente, atividades próprias de costureira até a data da promulgação desta lei.

O artigo vinte e oito desta mesma Lei diz que:

O ambiente de trabalho das costureiras, sua cadeira, seus equipamentos de uso, assim como as anotações em sua carteira e contrato de trabalho não poderá ser diferente das leis e normas de proteção ao trabalho do MTE.

Cabe dizer que a regulamentação do trabalho das costureiras propõe vários benefícios para as trabalhadoras que atuam tanto nas fábricas quanto para aquelas que trabalham nas suas casas, garantindo entre outros fatores de proteção social, seguro de vida contra acidentes de trabalho e acesso ao sistema previdenciário. A normativa que regulamenta o ofício de costureira aplica-se ao mesmo tempo para o trabalho masculino e feminino.

Mesmo sendo a Lei 7.806 de 2014 ainda um projeto a ser aprovado e que visa a valorização do ofício de costureira, estabelecendo dignidade, direito a saúde e o adequado tratamento da mulher, com a fiscalização dos mesmos órgãos de fiscalização do trabalho que atuam em outros setores. No entanto, o projeto de lei em questão ainda não foi aprovado, e permanece em estudo na câmara dos deputados, aguardando parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) de acordo com o Portal da Câmara dos Deputados.

3 O trabalho em domicílio

O trabalho em domicílio apresenta-se como uma das contradições do processo de produção capitalista e é um dos traços marcantes da recente reestruturação de reprodução do capital. De acordo com Lavinias et al (2000, p. 3),

“As mulheres continuam a prevalecer no trabalho a domicílio, uma vez que carecem de mobilidade e de flexibilidade de opções no mercado de trabalho (...) as mulheres constituem a principal oferta de trabalho a domicílio. Da mesma forma, o trabalho a domicílio, se comparado com os empregos usuais do setor industrial, pode ser considerado como de baixa qualidade. Frequentemente sem proteção da legislação trabalhista, oferecendo raríssimas oportunidades de treinamento e ascensão funcional, é uma ocupação extremamente precária. Essa realidade expressa um quadro profundamente desigual. Se há, numa ponta, companhias gigantes altamente concentradas, operando em escala mundial tanto em termos de oferta quanto da demanda, na outra ponta encontram-se formas de trabalho bastante vulneráveis e desprotegidas”. (2000, p. 3)

Existem algumas formas de trabalho que as costureiras realizam em suas próprias residências e Lavinias et al (p. 7, 2000) descreve uma delas:

Trabalho nos Ateliês de Trabalho Manuais- Nesse espaço a residência é adaptada para a domicílio confecções das peças. Liderada por ex trabalhadoras da fábrica, dessa forma reduz o custo da mão de obra tornando o produto competitivo com relação ao preço, esse trabalho é geralmente voltado ao público feminino envolvendo muitas vezes a família toda nessas atividades.

No trabalho em domicílio prevalece a figura da mulher, que necessita de mobilidade devido às responsabilidades domésticas que recaem sobre elas, bem como das atribuições de trabalho relacionados ao gênero. Porém, ao trabalho doméstico são atribuídos alguns riscos, como a falta de assistência e seguro no caso de acidentes devido ao trabalho executado.

Dessa forma, o trabalho em domicílio, vem crescendo através da necessidade que as mulheres têm em se inserir no mercado de trabalho, e a precarização é um fator presente com considerável ocorrência. O setor produtivo sempre busca tirar proveito do trabalho em domicílio realizado mais por mulheres de baixa renda e com filhos menores. Através do trabalho realizado dentro de tais características as mulheres ficam desprovidas dos direitos trabalhistas e expostas à precarização ao não ter jornadas regulamentadas e acumuladas com afazeres domésticos.

4 Metodologia: história de vida.

A metodologia de história de vida tem o objetivo de descrever trajetórias pessoais e sociais permitindo a manifestação de particularidades e percepção do caráter processual na construção de vidas (CÁSSIA e BRENER, 2013).

Conhecer sua história e ter consciência dela pode ser um caminho para o desenvolvimento pessoal. A metodologia de História de vida é uma abordagem que utiliza a narrativa das vivências do sujeito para levá-lo a um processo de transformação (CÁSSIA e BRENER, 2013, P.2).

A história de vida é utilizada aqui como uma forma de entender a individualidade do ser humano e pode ser resumida como uma utilização de vários procedimentos de coleta de dados: documentos pessoais próprios, entrevista, cartas, entre outros. Segundo Cássia e Brener (2013), a redescoberta do sujeito em suas singularidades volta-se para si mesmo, é um “caminhar” para si, que também implica em caminhar com o outro, que nos desafia a refletir sobre nossa própria existência no mundo. Tal metodologia propõe a observação do sujeito na construção e no desenvolvimento da formação de sua própria aprendizagem.

De acordo com Corrêa e Guiraud (2009) a história oral, como suporte à história de vida não é utilizada no sentido de construir narrativas autobiográficas, mas para a obtenção de dados sobre aspectos específicos da trajetória de vida do sujeito, ou seja, também captar elementos de sua formação profissional. O relato de história de vida se configura ela próprio numa metodologia de pesquisa, que se demonstra em conhecer, e se aprofundar em vários conhecimentos sobre a realidade da vida do indivíduo, de forma que as experiências de vida se tornem reconhecidas através de diálogos com pessoas, e por entrevistas que relembram coisas pessoais do sujeito observado.

A história de vida, ou dos depoimentos orais como recurso metodológico de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade,

recuperando experiências de vida obtidas através de conversas com pessoas, por meio de entrevistas que, ao focalizarem lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória de um grupo social, de um sujeito na pesquisa, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas. (CORRÊA e GUIRAUD, 2009, p.10).

De acordo com Santos e Santos, (2008) a história de vida permite obter informações acerca da essência da vida de uma pessoa. Se quisermos saber a experiência e perspectiva de um indivíduo, não há melhor caminho do que obter estas informações através da própria voz da pessoa. O sujeito tem liberdade de expressar suas experiências de forma clara para o entrevistador.

A história de vida não é uma progressão ao longo de um *continuum*, mas um vai-e-vem sobre a experiência anterior de um indivíduo ou de um grupo, se revela estranha a um modelo de sucessão cronológica linear. Em relação ao entrevistado, a história de vida constitui um conjunto significativo para sua seleção, seus procedimentos, sua ordem narrativa (SOUSA e SOUSA, 2008 p.5).

Dessa forma é importante mencionar que a história de vida é um grande desafio, que mostra um caminho possível que atende a singularidade da vida das pessoas, no decorrer da narrativa o indivíduo cria relações de diferentes fatores acerca de sua vida.

Relatando sua própria experiência de vida, o sujeito pode contribuir tanto com seu trabalho, quanto para o trabalho de outros indivíduos do mesmo segmento. O sentido da história de vida é dar um significado seu para o relato construído; ele faz parte da vida e do trabalho de cada trabalhador. Mesmo que o método utilizado não chegue ao resultado desejado, o pesquisador tem o compromisso com a realidade. Para (Sousa e Sousa, 2008), mesmo sendo um indivíduo contando sua história, ele descreve outras pessoas que passam pelas mesmas situações por ele vividas.

5 A profissão de costureira

Segundo Frasquete e Simili (S/D), a costura na maioria das vezes é realizada por mulheres e isso acontece em razão da determinação ideológica da própria sociedade. Assim, as mulheres teriam que exercer uma atividade ou trabalhos que pudessem ser flexíveis e adaptativos às várias outras atividades do lar. A prática de costurar pode ser vista como um trabalho tradicional, repassado de mãe para filha.

Condicionamentos e necessidades variadas levaram as mulheres a assumir diversas “funções produtivas”, abraçando habilmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no mundo do trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetados

ou inacessíveis. Nesse processo, foram mais facilmente incorporadas ao mercado laboral quando assumiram ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionais (fiar, tecer, costurar, cuidar, servir) (MATOS; BORELLI, 2012, p. 127).

Segundo Rueda *et al* (2009, p. 3), o trabalho em escala e em domicílio iniciou-se nos séculos XVI e XVII, nesses períodos todos da família trabalhavam juntos para suprir suas necessidades. Mas essa situação sofreu mudanças com o desenvolvimento tecnológico advindo da Revolução Industrial e os trabalhos outrora desenvolvidos, foram subdivididos devido à crescente demanda. Desse modo, o consumidor passou a ser mais exigente, fazendo com que o comércio da moda produzisse em escala acelerada e cada vez mais inovadora. Cresceu então a demanda por costureiras, tanto para roupas sob medida, quanto para a produção em massa para indústrias; a principal diferença entre essas duas maneiras estava na qualidade das peças.

A costura enquanto saber pode assumir varias formas: desde uma forma exclusivamente doméstica, quando se torna apenas uma faceta adicional do trabalho doméstico de responsabilidade da dona de casa; uma forma artesanal, no caso das costureiras que tem freguesia particular; até formas mais diretamente ligadas ao capital, quer numa relação de assalariamento típica, numa grande fábrica (RUEDA *et al*, 2009, p.2).

Segundo o exposto a costura pode assumir várias formas, costura em domicílio na própria residência, em fábricas, com salário fixo mensal, ou em *atelier* com parcerias com outras mulheres. Na Segunda Revolução Industrial, os avanços estavam voltados para a tecnologia de equipamentos e dentro das indústrias possibilitou-se um maior progresso com as máquinas de costura, cada vez mais eficientes. Dessa forma, as costureiras domésticas eram solicitadas somente por aqueles que não queriam o padrão estabelecido pela moda vigente.

Conforme Melissa e Bueno (2015), a costura está ligada à necessidade de se vestir, trata-se de trabalho realizado de forma artesanal. Mesmo com o avanço tecnológico na indústria têxtil peças de roupas continuaram a ser feitas por costureiras em suas próprias residências pois antigamente quase todas as donas de casa possuíam uma máquina de costura para fazer concerto e roupas para toda a família.

O Ministério do Trabalho e Emprego, através da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), apresenta a regulamentação para ocupações bem específicas dentro da família do ofício da costura. Entre as classificações, a que mais se aproxima com a forma de trabalho que é realizado pelas costureiras é denominada “Costureira de peças sob encomenda (Modelista)”, cujo código de ocupação é 7630-10 uma classificação sendo vinculado à família “7630: Profissionais polivalentes da confecção de roupas” (MELISSA e BUENO, 2015,p,4).

As costureiras chamadas modelistas trabalham por encomenda e sob medida. Essas trabalhadoras adquirem a confiança de seus clientes, que na sua maioria são mulheres e as fidelizam através de sua eficiência e comprometimento com a entrega dentro de determinado prazo previamente estipulado,

a relação das mulheres com o mercado de moda se abre, portanto, a duas faces: a do consumo e a da produção, nas quais essas estiveram envolvidas. Fazer roupa para se vestir e fazer roupa para sobreviver, duas faces visíveis no mercado de produção e de consumo nos anos 1950 e 1960. Com o mercado da moda brasileira em expansão no período, havia o incentivo ao consumo e a produção de moda pelas mulheres, e para tanto revistas como *Jornal das Moças* e *Manequim* davam grande contribuição (FRASQUETE e SIMILI, S/D, p.3).

Ou seja, em determinado momento reforçou-se a ideia de que à mulher cabia a tarefa de cortar e costurar, sedimentando uma imagem limitadora e socialmente cerceada. Por outro lado, igualmente se consolidou uma interpretação de que no outro extremo social a sua atuação deveria ser circunscrita ao consumo irrefletido com a finalidade última de sempre obedecer ao imperativo social do estar na moda. Envolvidas no mundo da costura sob vieses diferenciados as trabalhadoras e consumidoras foram gradativamente limitadas a partir de referenciais comportamentais estruturados sob a ótica masculina.

6 As costureiras no município de Araguaína - TO

Foram entrevistadas 5 costureiras atuantes no município de Araguaína entre os dias 15 e 19 de maio de 2018, em seus respectivos ambientes de trabalho e/ou residências. Para a análise das entrevistas foram desenvolvidas 5 categorias, a saber: a primeira delas diz respeito a trajetórias de migração. Buscamos perceber se essas trabalhadoras têm suas trajetórias de vida inseridas nos fluxos migratórios que se deslocam para Araguaína.

A segunda categoria de análise diz respeito à idade, buscamos perceber se o exercício da costura está centrado em determinada faixa etária e se poderíamos inferir disso alguma dinâmica própria do setor de trabalho. A terceira categoria de análise diz respeito à dinâmica de aprendizado da atividade. Buscamos compreender em que momento e em quais circunstâncias as costureiras aprenderam o ofício. A quarta categoria de análise diz respeito à dinâmica de trabalho e sobre a percepção que têm da própria atividade. Por fim, a quinta e última categoria diz respeito à percepção das trabalhadoras sobre Araguaína. O objetivo aqui foi o de verificar a visão dessas trabalhadoras sobre o município, que é polo regional. Os nomes das entrevistadas

foram omitidos e substituídos pelos números que correspondem à ordem em que as costureiras foram entrevistadas.

No que diz respeito à primeira categoria de análise, trajetórias de migração, encontramos as seguintes respostas. A entrevistada 1 disse que nasceu na zona rural do município de Caxias, no Maranhão. No entanto, quando perguntada sobre se veio de outra cidade para Araguaína, disse ter vindo de Xinguara, no Pará. O motivo para o deslocamento foi o seguinte: *“meu marido veio buscar trabalho quando arrumou buscou eu e filhos”*. Ou seja, a migração é parte da trajetória de vida. Nascimento no Maranhão, passagem pelo Pará e estabelecimento no Tocantins.

A entrevistada 2 nasceu no município de Floriano, estado do Piauí. Quando perguntada sobre se veio de outra cidade antes de chegar a Araguaína, disse ter vindo do município de Tocantinópolis, também no Tocantins. Ou seja, novamente a migração é parte da trajetória de vida. Nascimento no Piauí, ida para uma cidade situada na Região do Bico do Papagaio, no extremo norte do Tocantins e por fim o estabelecimento em Araguaína.

A entrevistada 3 disse que nasceu na zona rural do município de Cachoeirinha, município também localizado no Tocantins. Veio para Araguaína diretamente daquele município, de acordo com ela veio *“morar com meu irmão para estudar e trabalhar”*. Ou seja, mais uma vez verificamos que exerce influência a atratividade da cidade, nesse caso particular a questão educacional é um dos fatores.

A entrevistada 4 disse ter nascido no município de Itaguatins, situado no extremo norte do Tocantins, também na microrregião do Bico do Papagaio. Quando perguntada se veio de outra cidade, disse ter vindo do município de Maurilândia, também localizada no extremo norte do Tocantins, na microrregião do Bico do Papagaio. Ou seja, a trajetória de migração também é parte de sua história de vida.

A entrevistada 5 nasceu no município de Uruaçu, no estado de Goiás. Quando perguntada sobre se veio de outra cidade nos disse ter vindo de Guaraí, município localizado na Microrregião de Miracema do Tocantins. Particularmente aqui se tem um movimento migratório diferente do observado pelas outras três trabalhadoras, ou seja, o movimento não ocorre no sentido norte em direção à Araguaína, ou mesmo do Nordeste em direção à cidade; mas da região centro-oeste para a cidade. Sobre o motivo que a teria levado a se mudar nos disse o seguinte: *“porque Araguaína era o pólo de compra da família e a cidade mais desenvolvida pra morar, trabalhar e estudar”*. Confirma-se a centralidade do município.

Acerca da segunda categoria de análise, idade, constatamos que a faixa etária compreende três grupos. O primeiro grupo conta com duas costureiras e está acima dos 60 anos, mais especificamente 62 e 64 anos. O segundo grupo conta com duas costureiras e está situado entre os 45 e os 60 anos. As costureiras desse grupo têm respectivamente 49 e 57 anos. Por fim, o último grupo, que situamos abaixo dos 45 anos conta com uma costureira, que tem 31 anos. Dessa amostra podemos inferir que o exercício da atividade se concentra entre faixas etárias mais avançadas. Não fez parte de nossos objetivos, mas podemos inferir desse quadro a existência de baixa atratividade pela profissão nas faixas etárias mais jovens.

Sobre a terceira categoria de análise, dinâmica de aprendizado da profissão, obtivemos as seguintes respostas. A entrevistada 1, quando perguntada sobre em que momento aprendeu a costura e em que circunstância, nos disse o seguinte: *“quando tive meus filhos, pois precisava trabalhar e conciliar o trabalho com as tarefas de casa e o cuidado com os filhos”*. Ou seja, fica clara a necessidade de participação no orçamento domiciliar, bem como a necessidade de conciliação entre as atividades do trabalho e o cuidado com os filhos. A dupla jornada de trabalho, já extensamente presente na literatura, é marca presente entre as costureiras por nós estudadas.

A entrevistada 2 disse que o aprendizado foi intrafamiliar e ainda na adolescência: *“aprendi com minha mãe aos 15 anos concertando as roupas da família e até hoje costuro”*. Considerando que a entrevistada nos informou ter 62 anos, são 47 anos trabalhando como costureira. A entrevistada 3 disse o seguinte: *“quando precisei trabalhar a primeira oportunidade que tive foi com a costura e tive que aprender”*. Ou seja, a costura aparece em sua trajetória de vida não como uma opção, mas como a primeira oportunidade que surge. Não há trajetória laboral ancorada na escolarização, mas ao acaso, à chamada primeira oportunidade.

E ainda sobre a terceira categoria, a entrevistada 4 disse: *“aprendi a costurar porque eu sempre quis ter meu próprio negócio e a costura me deu essa oportunidade”*. Aqui percebe-se a intenção de controle sobre o próprio trabalho, ainda que não tenhamos lhe perguntado sobre questões envolvendo seguridade social e demais benefícios dela advindos. E a entrevistada 5 nos disse o seguinte quando perguntada sobre em que contexto começou a costurar: *“meu pai me colocou pra costurar aos 12 anos pra eu ajudar minha mãe a fazer os concertos das roupas de casa e da fazenda”*. Novamente percebemos o aprendizado intrafamiliar e ainda no início da adolescência.

A quarta categoria de análise diz respeito à dinâmica e à percepção que as entrevistadas têm do próprio trabalho. A entrevistada 1 disse que trabalha na costura somente no turno vespertino; exerce a atividade em sua própria casa e da mesma maneira que a entrevistada 5 nos disse que não trabalha aos finais de semana ou nos feriados. No entanto, fez a ressalva de que se houver encomenda prévia pode-se abrir exceção quanto a feriados e finais de semana. Quanto à sua percepção da profissão ela disse o seguinte: *“gosto muito do que faço me sinto realizada com meu trabalho, mas não me sinto reconhecida, pois as pessoas não querem pagar um preço justo pelas peças que faço”*. Ou seja, há percepção de reconhecimento, conforto e conexão com a atividade exercida, mas ao mesmo tempo verifica-se que há desapontamento em relação ao reconhecimento do resultado de seu trabalho no que diz respeito ao preço que considera justo por sua produção e que as pessoas de um modo geral não se permitem pagar.

A entrevistada 2 ofereceu o relato de maior intensidade em seu regime de trabalho. Nos disse que trabalha *“o dia inteiro, só paro pra fazer a comida e almoçar depois continuo até as 18h”*. Não falou sobre o trabalho aos finais de semana ou feriados. Considerando-se que nos informou ter 62 anos, é possível afirmar que se trata de jornada intensa, sobretudo se considerarmos que esta trabalhadora informou não estar vinculada ao sistema público de seguridade social.

Sobre sua dinâmica de trabalho da entrevistada 2, ela informou que anteriormente trabalhava em um ateliê localizado no centro da cidade e que no momento dessa entrevista nos afirmou estar trabalhando em casa e que tal condição foi atingida após a formação de um grupo de clientes permanentes que solicitam os serviços de costura com regularidade. Essa dinâmica possibilitou não mais despender parte de seus ganhos com aluguel de outro espaço e a ter controle de seu trabalho que é realizado em seu local de residência. Quanto à percepção de seu próprio trabalho informou que há reconhecimento: *“gosto muito do que faço amo costurar e me sinto reconhecida pelas minhas clientes sou muito procurada pelas pessoas”*. Há percepção de adequação social a partir do trabalho, bem como fica implícito certo grau de controle sobre ele.

A entrevistada 3 disse que segue o horário comercial, não trabalha aos finais de semana ou feriados e que o trabalho é desempenhado na própria residência. Como se trata de trabalhadora que informou ter 31 anos de idade, há percepção de possibilidade de trajetória laboral ainda a ser construída, bem como a possibilidade de controle do trabalho: *“pretendo crescer na área da costura montar minha confecção porque gosto muito do que faço e me sinto reconhecida pela qualidade do meu serviço”*. Há reconhecimento, conexão com a atividade

laboral e perspectiva de determinação própria acerca de seu futuro no mundo do trabalho. A entrevistada 4 disse que trabalha em um ateliê alugado no centro da cidade e nos respondeu de forma lacunar sobre a percepção de seu trabalho que segundo ela é: *“muito bom e prospero, me sinto reconhecida”*.

Ainda sobre a quarta categoria, a percepção em relação ao próprio trabalho, a entrevistada 5 disse que trabalha num ateliê alugado no centro da cidade juntamente com outras costureiras e que sua jornada coincide com o horário comercial. Digno de nota é o fato de que também não trabalha nos finais de semana e nem em feriados. Pode-se dizer que há controle do trabalho, ainda que também nesse caso não se tenha feito perguntas sobre questões envolvendo seguridade social. Sobre sua percepção da profissão, afirmou que se sente reconhecida e que um dos benefícios de ser costureira é a possibilidade de trabalhar em qualquer lugar que estiver. Percebe-se aqui uma relação harmônica com a atividade de costura, percepção de controle e inserção a partir do mundo do trabalho.

A quinta e última categoria de análise diz respeito à percepção que as trabalhadoras tem de Araguaína. O objetivo desta questão foi o de verificarmos como as trabalhadoras da costura interpretam o que em estudos acadêmicos é classificado como um polo de atração regional. A entrevistada 1 questiona a imagem de crescimento e das oportunidades, habitualmente atrelada às cidades cujo dinamismo econômico de determinados setores do capital apresenta índices superiores à média nacional. Ao ser perguntada sobre seu entendimento sobre Araguaína diz ela:

boa, mas faltam muitas oportunidades para as pessoas crescerem, pois a burocracia é muito grande, no caso da costura e ainda pior as mulheres não têm máquinas adequada para a costura e acaba tendo que se virar com o que tem.

Fica subentendido a ausência de apoio ao trabalho das costureiras. Pode se inferir que explicitamente há referência à ausência de oportunidades para o crescimento pessoal, atrelada à igualmente ausência de acesso a políticas públicas eficazes de suporte ao trabalho. Neste último aspecto há também citação ao excesso de burocracia. A entrevistada 2 é ainda mais objetiva e explícita em sua leitura sobre Araguaína. Perguntada sobre sua percepção sobre a cidade ela disse: *“ruim, não temos apoio na nossa profissão”*. Novamente visualizamos o apontamento de ausência de apoio de políticas públicas para o suporte ao exercício da profissão.

A entrevistada 3 demonstrou uma visão sensivelmente diferente das duas trabalhadoras anteriores, ao mesmo tempo em que demonstra, ainda que indiretamente, um dos efeitos colaterais do acelerado crescimento urbano: o inchaço dos diversos nichos de trabalho na

prestação de serviços bem como a percepção de cidade que cresce acima da média nacional. Ela disse *“a cidade é grande e tem crescido muito e há grandes oportunidades para quem quer trabalhar e na área da costura a procura é grande apesar de ter muitas costureiras na cidade”*. A entrevistada 4 disse algo similar à entrevistada anterior, mencionou o tamanho da cidade, bem como as muitas oportunidades para sua área de atuação profissional: *“a cidade é boa e de grandes oportunidades, muito movimento no comércio, a procura é bastante na área da costura”*. Ou seja, há percepção de dinamismo e confirmação de expectativas quanto aos motivos que eventualmente levam à migração para a cidade.

Por fim, ainda em relação à última categoria, a percepção delas em relação à Araguaína, a entrevistada 5 forneceu uma leitura similar às duas anteriores (entrevistadas 3 e 4). Ela também mencionou o dinamismo da cidade e a oferta constante de oportunidades de trabalho. Ela disse o seguinte: *“a cidade é desenvolvida, eu amo Araguaína, é muito boa pra trabalhar”*. Há uma referência ao desenvolvimento e à identificação com a cidade, bem como a menção às boas condições para desempenhar a atividade de costureira.

Considerações finais

Definida pelo IBGE como pólo regional, Araguaína demonstra dinâmica interna de crescimento populacional acima da média nacional bem como crescimento econômico também acima da média nacional. A cidade é também apresentada regionalmente como local de oportunidades, fato que fica claro ao citarmos os *slogans* institucionalizados por ela e amplamente utilizados nas diversas mídias locais e regionais: *“Araguaína: capital econômica do Tocantins”* e *“Araguaína capital do boi gordo”*. Tal cenário é resultante de fluxos migratórios recentes, capazes de criar uma dinâmica interna portadora de especificidades próprias em seu mundo do trabalho.

Ao se observar o trabalho das costureiras conclui-se que há entre elas a presença permanente do fator migração. Tal dinâmica se observa a partir de variáveis distintas, há movimento migratório advindo da região nordeste, da região centro-oeste e de cidades menores circunvizinhas a Araguaína. Há também outras especificidades nesses movimentos, no grupo das cinco entrevistadas quatro migraram de seus locais de nascimento para outras cidades e somente num segundo momento é que se deslocaram para a cidade. Apenas em um dos casos é que a entrevistada mencionou vir diretamente de seu local de origem para Araguaína.

Um último aspecto a ser ressaltado no que diz respeito à origem das migrações é o fato de que a maioria das costureiras afirmou ter nascido e passado a primeira infância na zona rural de seus municípios de origem. A faixa etária das entrevistadas pode nos fornecer indícios de como a profissão tem se renovado ou sobre aspectos a ser considerados quanto à atratividade em relação às jovens trabalhadoras. O que ficou claro é que duas das entrevistadas tem mais de 60 anos, duas estão acima dos 45 anos, com respectivamente 49 e 57 anos, e somente uma informou ter 31 anos.

O aprendizado da profissão é também importante ser mencionado. Observou-se que em duas situações há referência ao início do aprendizado com 12 e 15 anos, respectivamente, bem como à dinâmica intrafamiliar de aprendizado. Outras trabalhadoras disseram que a costura surge como uma oportunidade em suas vidas, não necessariamente como resultado de trajetória de escolarização e conseqüente escolha ocupacional. Há, ainda, uma menção ao acúmulo de jornadas de trabalho, com a já conclusiva demonstração na literatura sobre o trabalho feminino atrelado à dupla jornada de trabalho, na qual os cuidados com a família, casa e filhos se sobrepõe à atividade profissional.

Quanto à percepção de suas atividades de trabalho na costura e sobre a cidade de Araguaína encontramos leituras conflitantes. Por um lado, se obteve respostas bastante críticas em relação à falta de apoio ao trabalho das costureiras. Inferimos dessas respostas a falta de apoio no que diz respeito a políticas públicas de capacitação, financiamento e tributação para o exercício da profissão. Respostas conflitantes com a imagem de cidade das oportunidades e de crescimento acima da média nacional. Por outro lado, também se obteve respostas que demonstraram satisfação com o dinamismo do mercado de trabalho no que diz respeito à demanda por seus serviços.

Concluimos que o trabalho das costureiras em Araguaína apresenta as contradições inerentes ao mundo do trabalho. Aprendizado precoce intrafamiliar e entrada antecipada nas relações laborais, migração, relativo controle sobre seu trabalho e suas jornadas, relação conflitante quanto às suas inserções sociais, ora percebidas como aderentes ao dinamismo econômico que beneficia parte da população da cidade, ora percebidas como vulneráveis a partir da ausência de suporte a seus trabalhos.

Referências

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 7806/2014*. 2014. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 7.806-A/2014*. 2014. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>.

CÁSSIA, Maestri; Rita, BRENER; Mindal, Clara. *Metodologia de história de vida: a história de vida profissional de uma pessoa surda*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Curitiba, de 23 a 26/9/2013.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CORRÊA, Rosa, Lydia, Teixeira. GUIRAUD, Luciene. *Possibilidades e limites de histórias de vida por meio de depoimentos orais na história da formação de professores*. Rev. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 671-687, set./dez. 2009.

GUEDES Luciano da Silva; BRITO Jorge Luis Silva. *Caracterização socioeconômica da microrregião geográfica de Araguaína (TO)*. Revista Eletrônica de Geografia, v.6. n. 17, p.94-104, out.2º1. 2014.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico 2010*. 2015

LAVINAS, Lena (coord.) Bila Sorj, Leila Linhares & Barsted, Angela Jorge. *Trabalho a Domicílio: Nova Forma de Contratualidade*. Rio de Janeiro, abril de 2000.

MORAIS, Itamar Araújo. *Araguaína TO enquanto Cidade média no contexto regional*. Mestrado (Dissertação). Universidade de Brasília Programa de pós-graduação em Geografia Brasileira. 2014.

NEVES, Magda de Almeida& PEDROSA, Celia, Maria. *Gênero, Flexibilidade e precarização no trabalho a domicílio na indústria de confecções*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr 2007.

RUEDA, Bianca et al. *O papel da costureira doméstica ao longo dos séculos*. In: Anais do 1º Encontro Paranaense de Moda, Design e Negócios. Maringá, 2009. Disponível em: <http://www.dep.uem.br/enpmoda/trabalhosnome.php#>

SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. *A Etapa De Análise No Método História De Vida – Uma Experiência de Pesquisas de Enfermagem*. 2008, Santos RS.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Reis Carolyne; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães; Barros, Andrade de. *“Conte-me sua história”*: Reflexão sobre o método de História de Vida. Belo Horizonte-MG, 2007.

SIMILI, Ivana Guilherme; FRASQUETE, Débora Russi. *Moda e as mulheres: as práticas de costura e o trabalho feminino no Brasil nos anos 1950 e 1960*. Porto Alegre, 2015.

SOUSA, Benilson Pereira de; AMARO, Dinarte Guimarães. *O setor Nova Araguaína e a segregação socioespacial urbana em Araguaína-TO*. Araguaína, 2009.